



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

## **DESPACHO**

**ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE  
CONTRATO REQUERENTE:  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
SAÚDE.**

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE  
Nº 004/2022**

**CONTRATO: Nº051/2022 DE 13  
DE JULHO DE 2022**

Concerne o presente pedido feito pelo Secretário Municipal de Saúde em conceder aditivo ao contrato nº 051/2022, Processo de Inexigibilidade – 004/2022, tendo em vista o término do período de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

Relata o Secretário a necessidade de manter o atendimento médico na área da saúde (Hospital, clínica geral), *“as pessoas do município, com medicamentos e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnostic”*.

Além disso Segundo o Secretário a empresa Contratada está prestando bons serviços.

Após análise do Procurador Municipal em relação a prorrogação do contrato nº 051/2022, este se diz contra a prorrogação, afirmando que o médico que atende pelo contrato 051/2022 é o mesmo que atende no contrato nº 048/2019, afirma ainda que pode existir inconsistências na efetiva entrega do serviço.

Cabe ressaltar que os serviços médicos objeto do contrato nº 051/2022, bem como os serviços de atendimento médicos no posto de saúde (consulta médicas) objeto do contrato nº 048/2019, são prestados por pessoa jurídica distintas, ou seja, o município através de processos licitatórios contratou a pessoa jurídica, sendo de responsabilidade da (s) contratada (s)



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

prestar o (s) serviço (s) de forma satisfatória independente de quem seja o profissional/médico. Observa-se que os contratos mencionados são exercidos em horários distintos, o que possibilita que o mesmo médico possa atender ambos.

Nesse momento o Procurador do nosso Município parece ter confundido os fatos. Além disso consultamos a Ouvidoria Municipal, e não existe nenhum tipo de reclamação ou qualquer tipo de denúncia contra a empresa Hospital São José das Palmeiras Ltda ou contra o (s) profissional (ais) que executa o (s) serviço (s) .

Vale destacar também que ao analisar os documentos/relatórios apresentados pela Secretaria de Saúde não se vislumbra as inconsistências, apontadas no parecer jurídico e que todas as consultas e procedimentos realizados estão documentados.

Além disto, o direito à saúde deve ser preservado prioritariamente pelos entes públicos, pois, além de preservar a integridade física e moral da pessoa humana, bem como a sua dignidade, preserva, sobretudo, o bem maior tutelado pelo ordenamento jurídico, o direito à vida.

Deste modo, o Poder Público não pode se furtar do dever de prestar a efetiva assistência à saúde aos cidadãos sob o argumento de que seria o mesmo médico que atendesse dois contratos distintos.

Em relação ao aditivo a cláusula quinta do contrato de prestação de serviço está prevista a possibilidade de prorrogação em até igual período, mediante termo aditivo e consensual no caso de ser conveniente à administração.

Assim obedecendo ao artigo 57, inciso II da lei 8.666/93 que prevê:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

(...)

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

A prorrogação de prazo deve resultar do consenso entre as partes contratantes, ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, conforme parágrafo 2º do artigo 57, da lei 8.666/93.

Analisando o procedimento, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação, dessa forma, amolda-se no que prevê na legislação acima citada.

Entretanto, levando em consideração o apontamento feito pelo Procurador do Município, sugiro ao Senhor Secretário Municipal de Saúde, juntamente com o fiscal de contrato, controladoria e comissão de recebimento para que melhore daqui em diante a forma de documentar os atendimentos, para que haja mais transparência na entrega do serviço.

Por fim concluo em prorrogar o processo licitatório nº 004/2022 por mais 12 meses.

São José das Palmeiras – PR 13 de julho de 2023.

**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal